

Considerações acerca da Responsabilidade Social Empresarial: um estudo a partir de sua evolução histórica

Nívea Marcela Marques Nascimento de Macêdo
niveamarcela@ig.com.br
UFPB

Resumo: A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é um tema em desenvolvimento e passível a significados diferentes, e vem apresentando nos últimos anos maior importância e participação nas empresas. É um conjunto de ações que pode gerar muitos benefícios aos stakeholders de uma organização. No entanto, algumas empresas não sabem ainda o que significa e como desenvolver o tema de maneira prática. Dada a busca constante por seu entendimento e a necessidade de sua participação efetiva nas organizações, o objetivo deste estudo é o de discorrer sobre a evolução histórica, prática e importância da RSE considerando o cenário nacional e internacional. O método consiste em um levantamento bibliográfico acerca do tema RSE para evidenciar os principais conceitos, técnicas e modelos relacionados. Procurou-se enfatizar os pontos de vista dos principais autores como forma de apresentar a evolução histórica do tema. A partir das pesquisas estudadas, destaca-se que a RSE evidencia-se como um construto em ascensão e passível a muitas lacunas, tanto do ponto de vista de seu conceito quanto principalmente de sua operacionalidade. Paralelo e apesar deste fator, observa-se que iniciativas e projetos de cunho social estão obtendo maior importância e representatividade na estratégia de negócios de empresas da atualidade.

Palavras Chave: Social - Evolução - História - Teorias - Responsabilidade

1. INTRODUÇÃO

A globalização tem modificado as formas de concorrência, bem como os padrões de negócios das empresas. Observa-se a velocidade com que as informações e os processos produtivos se modificam em função de novas descobertas e pesquisas.

Novos parâmetros estão sendo construídos para atuação estratégica das organizações, fundamentados por pensamentos éticos e morais que norteiam o desenvolvimento da sociedade. Estes novos parâmetros podem ser chamados de Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

A RSE torna-se parte de um conjunto importante de ideias entrelaçadas que configuram o conceito e torna possível seu entendimento. Muitos aspectos estão relacionados à definição do construto, como as características do meio e da sociedade em questão. Também aspectos do mercado e da própria história são sujeitos inerentes à gestão da organização (MACÊDO, 2010).

A RSE é um conceito em desenvolvimento, complexo e com significados diferentes, que vem passando por um processo de amadurecimento na forma de ser trabalhado pelas organizações, bem como nos seus modelos de indicadores (ASHLEY; COUTINHO; TOMEI, 2000).

Swanson (1999) afirma que a RSE é uma forma de controle social de todas as atividades organizacionais.

A RSE é um conjunto de ações que aparentemente geram algum benefício, além dos interesses da firma, e que são requeridas por lei. Mas a responsabilidade social em alguns casos vai além dos requisitos mínimos exigidos por lei dada algumas vezes pelas características relacionadas a valores e princípios individuais dos gestores, por pressões do mercado ou por possibilidades de retorno advindo do investimento social (Wartick, Cochran, 1985; Wood, 1991; Siegel e McWilliams, 2001).

Dada a importância do conceito, a busca constante por seu entendimento e a necessidade de sua integração por parte das organizações, o objetivo do presente estudo é o de discorrer sobre a evolução histórica, prática e importância da RSE considerando o cenário nacional e internacional.

O método do estudo consiste em um levantamento bibliográfico acerca do tema RSE para evidenciar os principais conceitos, técnicas e modelos relacionados. Procurou-se enfatizar os pontos de vista dos principais autores como forma de apresentar a evolução histórica do conceito. Assim, o presente estudo caracteriza-se como um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão.

Para realização dele, será apresentada a evolução histórica da RSE a partir da década de 1950, sendo avaliadas cada década em particular até os anos 2000. Por fim discute-se as considerações finais e consequentes referências.

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NOS ANOS 50

Na década de 50, as discussões acerca da RSE adquiriram consistência, visto que a literatura que trata do tema apareceu de forma mais específica. Na verdade, a partir deste momento, a consciência de que a atuação das empresas trazia consigo uma série de responsabilidades começou a aumentar.

Cedo ou tarde as empresas teriam que seguir um caminho de maior relevância social, porque, se não o fizessem por iniciativa própria, o fariam por força de leis e regulamentos governamentais (CARROLL, 1999; LOURENÇO, SCHRODER, 2003).

Mais precisamente em 1953, o tema foi discutido, tendo sido caracterizado como filantropia, condição reconhecida pela Suprema Corte Norte-americana. Nesse mesmo ano, a obra de Bowen (1953), intitulada *Social Responsibilities of the Businessman*, que tinha como questão central discutir a responsabilidade do homem de negócio para com a sociedade além de suas obrigações laborais, dá início à era moderna da RSE (CARROLL, 1999).

Neste período, as expressões de RSE reproduziam a busca de uma melhor condição de trabalho e vida para os funcionários, verificando atitudes ambientais e éticas.

Importantes obras da literatura especializada sobre o tema, datadas da época são: “Doações corporativas em uma Sociedade livre”, de Eell (1956); “Gerenciamento responsável para a sociedade: O crescimento de uma ideia”, de Held's (1957) e “*Moral Philosophy for management*” (A moral filosófica para o gerenciamento), de Seleskman (1959).

3. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NOS ANOS 60

Nesta época, surge o entendimento de que as empresas devem levar em conta como suas decisões afetam o sistema social como um todo.

Ou seja, a busca de uma conceituação sobre o tema começa a ser assumida pelas empresas. Alguns empresários fazem uso de princípios de RSE, entendendo que estes podem traduzir-se como requisitos para o bom andamento dos negócios.

Para Carroll (1999), na década de 1960 ocorreu a substituição do termo responsabilidade social dos homens de negócios, definido por Bowen (1953) no período anterior, pela expressão responsabilidade social corporativa, tendo sido caracterizada pelas tentativas de formalizar o conceito, que passou a ser compreendido como um sistema social mais amplo, o qual evoluiu do nível individual para o corporativo.

As consequências éticas das relações entre empresa e sociedade e a preocupação com o bem estar social passam a fazer parte do comportamento social corporativo, além das exigências econômicas e legais. Foram visões inovadoras num contexto em que a RSE ainda não estava consolidada apropriadamente.

Uma discussão contrária à consideração de posicionamentos sociais responsáveis por parte da empresa partiu de Friedman (1962), que, em seu artigo publicado no *New York Times*, pontuava a ética do capitalismo, verificando que o único objetivo da empresa deve ser a maximização do lucro para os acionistas. Crítico da RSE, o autor defendia que a relevância social por parte dos administradores poderia arruinar as bases da sociedade livre.

Algumas discussões sobre a RSE no Brasil começaram nos anos 60, com a fundação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE). Uma das diretrizes básicas da ADCE era o entendimento e a aprovação, por parte dos seus integrantes, do princípio da função social da empresa (LOURENÇO, SCHRODER, 2003).

Internacionalmente, diversos autores procuraram definir a RSE. McGuire (1963) pontua as políticas que a empresa deve possuir para a legitimação do conceito em sua atuação, tais como políticas voltadas para o bem-estar da comunidade, educacionais e políticas para a melhoria das condições de trabalho dos seus funcionários, em diferentes ações sociais, validando os negócios através da cidadania.

Frederick (1960) considerou que a responsabilidade social inclui uma atitude pública em relação aos recursos humanos e econômicos, de tal forma que esses não sejam utilizados de maneira restrita aos interesses de pessoas e empresas privadas.

No final da década, apareceram trabalhos no âmbito internacional acerca das temáticas ambientais, segurança no trabalho, regulamentos governamentais, o consumismo excessivo e

o desperdício dos recursos naturais (BORGER, 2001). Assim, os debates sobre RSE começam a consolidar-se e marcam a década seguinte.

4. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NOS ANOS 70

Foi a partir da década de 1970 que a RSE passou a adquirir o formato mais conhecido atualmente de abordagem ética e que envolve a discussão sobre as necessidades sociais dos diferentes agentes que envolvem a empresa.

Foi na década de 1970 que se ampliaram as discussões sobre o relacionamento empresa, governo e comunidade diante do aumento da crise social e ambiental do momento. Neste período, as relações entre empresas e agentes externos tornaram-se mais firmes e a definição de RSE com uma composição reguladora apresentou-se em paralelo a debates filosóficos sobre as obrigações das organizações no provimento do progresso social.

Dessa forma, a visão voltava-se para a intensidade e nível de respostas da organização, para os compromissos sociais para com a sociedade, uma vez que tais compromissos sociais eram vistos como uma das obrigações da empresa.

Para Friedman (1970), a RSE é uma ideia subversiva, embora considerasse como compromisso social de qualquer empresa o respeito à ética e a obediência às leis em uma constante auto-procura do lucro. Para ele, a utilização de recursos para ações sociais em lugar de aplicá-los à produção representa uma redução da eficácia da empresa. Para o autor, os problemas sociais são de competência do Estado.

A análise das políticas de relacionamento da empresa para com as comunidades e a busca de uma boa relação com essas comunidades, além de uma visão de filantropia corporativa, são também consideradas neste período.

São ainda relevantes, nessa década, as preocupações do Comitê para o Desenvolvimento Econômico (CED) ligadas aos produtos, empregados, ao meio ambiente, à exclusão e pobreza, bem como à elaboração de modelos teóricos a fim de conceituar a RSE e de avaliar o desempenho social empresarial (PRESTON e POST, 1975; SETHI, 1975; CARROLL, 1979; ZENISEK, 1979).

Para autores como Eilbert e Parket (1973), duas visões abrangem as ações socialmente responsáveis: uma consiste em não realizar nada que possa prejudicar a comunidade vizinha, enquanto a outra é a ação voluntária de auxiliar na solução dos problemas dessa comunidade, optando por um papel ativo. Outras análises como a de Ackerman (1973) verificam que as ações de RSE, inicialmente, se constituem em respostas à sociedade ou a pressões legais.

Num modelo de responsividade social, as empresas inserem em sua estratégia ações que visam solucionar as demandas apontadas pela sociedade, evidenciando que a sua atuação social pode ser reativa, resultante de pressões exercidas externamente. Não atuar com o foco na pró-atividade é um limitante da responsividade, o que eleva o prazo para viabilizar a solução dos problemas identificados (STONER, FREEMAN 1995; BORGER, 2001).

Para Davis e Blomstrom (1975), a RSE começava no ponto em que terminam as leis. Assim, uma empresa não está sendo socialmente responsável se obedece somente às exigências mínimas da lei, porque isto é o que se espera dela. Os autores definiram o conceito como sendo o compromisso da empresa em analisar os efeitos causados pelo processo decisório, de maneira que se estendesse além das obrigações legais e resultasse em benefícios sociais. O enfoque de Preston e Post (1975) apóia a opinião de Davis, ao descrever que a RSE é a extensão do papel empresarial que ultrapassa seus objetivos econômicos e legais.

Preston e Post (1975) e Borger (2001) propuseram o termo responsabilidade pública por compreenderem que o fato de uma organização estar inserida no contexto da vida pública lhe confere responsabilidades sociais de viabilizar a sua contínua melhoria. Os autores veem a responsabilidade social como função da gestão no contexto da vida pública. Ressalvando-se apenas que é necessário especificar ou delimitar de forma prática o que é responsabilidade pública ou privada.

Após as considerações de Preston e Post (1975), outros autores analisaram a responsabilidade social e suas particularidades. Fitch (1976) realizou uma investigação acerca da necessidade de as empresas adotarem um posicionamento como agentes de transformação social. Zenisek (1979) criou um modelo de RSE que procurava a coerência entre a ética empresarial e as demandas sociais. Holmes (1976) analisou o ponto de vista da alta direção acerca de temas como responsabilidade empresarial na obtenção da lucratividade, auxílio na solução de problemas sociais, impactos das ações sociais na lucratividade da empresa e as expectativas sobre as ações de RSE (CARROLL, 1999).

No entanto, a grande contribuição ao desenvolvimento da RSE das empresas data de 1979, com o desenvolvimento por Carroll do modelo conceitual tridimensional de performance social. Muitos autores posteriormente o mencionaram e desenvolveram estudos com base em Carroll, conforme se pode verificar na década de 80.

5. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NOS ANOS 80

Na década de 1980, com a retomada da ideologia liberal, o conceito de RSE sofre transformações, revestindo-se de argumentos a favor do mercado.

O mercado passa a ser o principal responsável pela regulação e fiscalização das atividades empresariais, impedindo abusos por parte das companhias (TENÓRIO, 2006). Vê-se que os novos requisitos desse mercado, juntamente com a mudança de mentalidade dos consumidores foram fatores decisivos na ascensão dos debates sobre RSE nesta década.

Nesse período, muitos estudos tanto no exterior quanto no Brasil deram enfoque ao tema, destacando-se o de Magalhães (1984), ao considerá-la como consequência da ação política dos indivíduos e da sociedade; o de Mota (1984), que a relacionou com a administração pública para se atingir a eficiência e a lucratividade; e o de Tomei (1984), que avaliou a percepção dos empresários, quanto a seus valores e ideologias, para compreender se a adoção da RSE representava um novo estilo de administrar.

Friedman (1984) continuava a colocar o entendimento de que a função básica da empresa é garantir a maior lucratividade para proprietários e acionistas. Entretanto essa visão era rebatida por trabalhos da época que tratavam de temas como ética empresarial e teorias de gestão focalizadas nos *stakeholders*. Uma discussão acontecia assim em meios empresariais e acadêmicos.

O foco da RSE modificou-se da definição para a busca pela operacionalização, abrangendo muitos temas relativos como ética empresarial, gestão pública, desempenho social corporativo, teoria dos *stakeholders*. Tornaram-se sólidos os estudos para determinar e gerenciar a RSE atrelada à atuação financeira.

Para Drucker (1984) e Cochran e Wood (1984) existe uma relação proporcional entre a lucratividade de uma empresa e a sua RSE, devendo a organização transformar as suas ações sociais em possibilidades de retorno financeiro, como forma de transformar um problema social em conveniências econômicas para a firma.

Dado o fato de que assuntos sociais estão relacionados a questões subjetivas, alguns autores procuraram num primeiro momento fomentar modelos conceituais no intuito de focar

o comportamento da organização, como forma de possibilitar a verificação da situação de desenvolvimento em que ela se encontra.

Neste contexto, Wartick e Cochran (1985) elaboraram um modelo de desempenho social corporativo, utilizando um agrupamento de princípios, processos e políticas para integrar responsabilidade, responsividade e outros temas sociais a uma gestão administrativa.

Ocorre também na década de 80 o nascimento da corrente denominada *Business & Society*, dado o fato da revolução decorrente das novas tecnologias da informação e da globalização, fatores que acabaram por transformar organizações locais em corporações transnacionais. Para os pensadores desta corrente, a empresa e a sociedade formam uma rede de interesses e relações permeadas por disputas de poder, por acordos contratuais e pela busca da legitimidade.

6. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NOS ANOS 90

O movimento de valorização da RSE ganhou forte impulso na década de 90, através da ação de entidades não governamentais, institutos de pesquisa e empresas que começaram a trabalhar com a questão. Nesta época, surgiram pesquisas no intuito de aperfeiçoar métodos e modelos de desempenho social corporativo, criados nas décadas anteriores. De acordo com Wood (1991), outros temas como cidadania corporativa, desempenho financeiro e rentabilidade foram explorados com maior intensidade.

Pode-se verificar que a discussão sobre o tema está associada à transição de valores que o país atravessou: de uma sociedade industrial, em que a RSE assume conotação econômica, para uma sociedade pós-industrial, onde o tema valoriza aspectos relacionados à melhora da qualidade de vida.

A partir de outras iniciativas, em 1993 muitas organizações passaram a realizar, todos os anos, a divulgação do seu balanço social (LOURENÇO; SCHRODER, 2003). E novas visões e conceitos são consolidados. Wood (1991) alegou que empresa e sociedade fazem parte de um mesmo sistema e estão em constante interação; ambas estão ligadas por um contrato social e a empresa está sujeita ao controle por parte da sociedade.

Em seu modelo de desempenho social, ele discute fatores que impõem uma mudança de comportamentos para com aqueles que de alguma forma são ou não impactados por uma organização, fazendo com que a mesma adote políticas e programas de prevenção e mitigação de impactos. Seu trabalho é tido como uma importante referência para estudos sobre RSE.

Ao analisar os modelos até agora enfocados, pode-se observar que, conforme estabelecido, o modelo de Wood (1991) procurou sintetizar todos os conhecimentos existentes até a época, dando destaque aos trabalhos de Carroll (1979) e Wartick e Cochran (1985). Por sua vez, os modelos de Swanson (1995) e Hopkins (1997) encontraram sustentação em Wood (1991).

É possível verificar que, na década de 90, muitos conceitos e abordagens sobre desempenho social corporativo se consolidaram e forneceram subsídios marcantes para a construção do conceito, como também o caráter estratégico atrelou-se ainda mais ao enfoque social das organizações do momento.

Datam dessa época, pesquisas para aperfeiçoar modelos de desempenho social corporativo, elaborados em décadas anteriores (WOOD, 1991; SWANSON, 1995). Destaca-se a importância dada à sustentabilidade e a consideração de forma interdisciplinar da RSE.

7. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NOS ANOS 2000

Os estudos sobre RSE já consolidados têm gerado conceitos, metodologias e estratégias voltados para a construção do melhor enfoque. Sua definição ainda se encontra em evolução e enfrenta rivalidades. Observa-se que a maioria dos modelos construídos até o momento são continuidades dos anteriores, revisões, atualizações com diferentes pontos de vista e opiniões, mas que procuram integrar de uma forma cada vez mais homogênea o conceito. Verifica-se a partir desta década o enfoque estratégico que a RSE passa a obter.

Para Freire *et al* (2008), foi a partir do ano 2000 que identificam-se muitas das relações da RSE com outros temas, tais como ética empresarial, sustentabilidade, gestão de *stakeholders* e cidadania corporativa. Contudo, segundo o autor, o que se pode notar é que os estudos sobre essa responsabilidade no Brasil são mais recentes se comparados aos realizados no exterior, onde a pesquisa já está mais desenvolvida.

No entanto, o interesse pela temática tem se ampliado no Brasil, o que resulta numa crescente divulgação e conhecimento do tema pelos mais diversos segmentos da sociedade. Há que se considerar a distância entre a teoria e a prática, o que torna a maioria dos modelos e abordagens desenvolvidos difíceis de mensuração.

Também pela mudança de valor e consciência que a sociedade passa a ter, o entendimento e relevância de temas sociais passam a ser maiores e, com isso, as empresas buscam uma melhor percepção da comunidade acerca de sua atuação social. Houve um aumento da relação entre estratégia, ética e responsabilidade social.

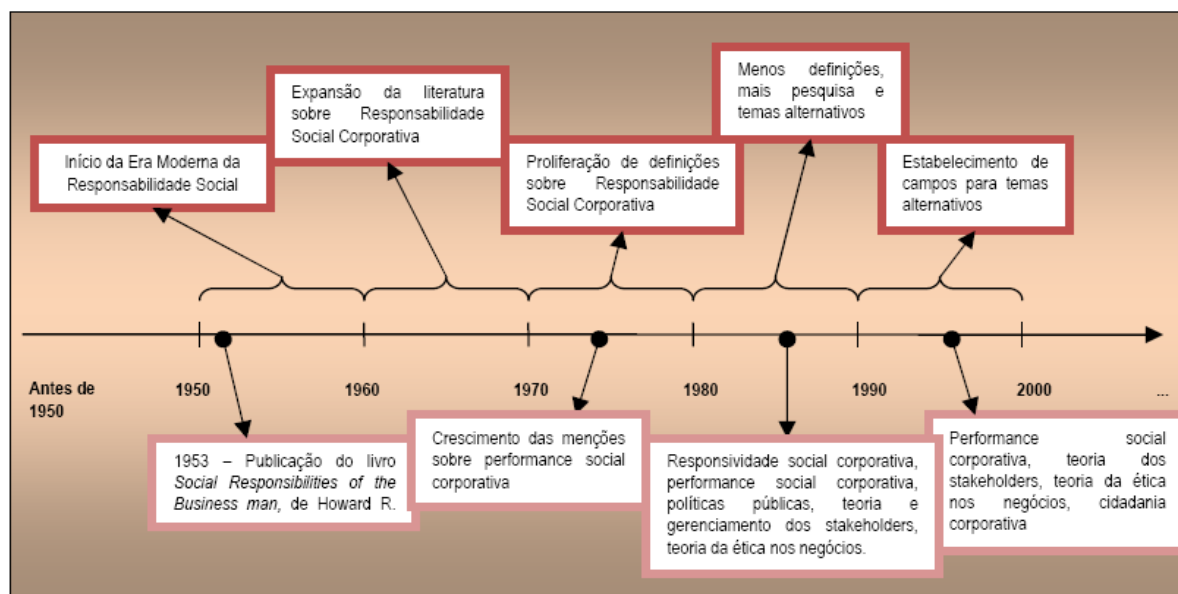
Para Melo Neto e Froes (2005), ocorreu uma mudança na operacionalidade da RSE, pois as ações sociais passaram do caráter exclusivamente filantrópico – baseado em ações individuais, do tipo beneficente e paternalista – para assumir uma posição em que as ações sociais apresentam um maior senso cívico, além de consciência social, e uma estreita relação com o marketing social. Para esses autores, nos dias de hoje, existe um predomínio maior de ações sociais externas – aquelas direcionadas à sociedade como um todo, e, em particular, para a comunidade local – e uma menor manifestação de ações internas – voltadas para os funcionários e seus familiares, em um modelo assistencialista.

Considerando as ações de RSE, algumas empresas já vêm atuando de forma coerente com os seus valores culturais organizacionais. Outras, no entanto, ainda se preocupam em criar uma imagem estratégica que não representa os valores e a cultura da organização. Nas empresas que possuem uma cultura social consistente, se pode observar uma propensão de procurar ultrapassar as normas legais (MENDONÇA; GONÇALVES, 2002).

Observa-se nesta década também uma tentativa de desenvolver métodos de análise social, de diagnóstico de desempenho e de fomento dos modelos.

A partir da explanação realizada é possível observar a evolução do conceito de RSE e temas relacionados, conforme a Figura 1:

Figura 1 – Resumo da evolução da ideia de Responsabilidade Social Corporativa



Fonte: Hoff (2008, pg 100)

A partir da Figura 1 é possível observar que a evolução do tema RSE foi significativa para o desenvolvimento de ações e projetos consolidados nas empresas atuais. No entanto, muitas pesquisas ainda são necessárias, como também a atuação dos gestores precisa enfatizar as ações, para que se tornem parte estratégica da organização.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do conceito da RSE não é um fenômeno novo. No Brasil, as efetivas discussões e desempenho socialmente responsável das empresas datam da década de 90. No mundo, existia inicialmente uma preocupação com atores como acionistas e gestores (geração de lucro) e aos poucos se passou a incorporar uma preocupação e interesse mais amplo, em que aspectos e indivíduos internos e externos à empresa passaram a ser considerados paralelamente ao trabalho com a responsabilidade econômica. Atualmente, a RSE é tratada como um conceito abrangente, com um conjunto de ações práticas, e inúmeras foram as abordagens que visaram construir um novo paradigma. Pretendeu-se, ao longo do tempo, desvincular a imagem caritativa da RSE e vinculá-la ao fator estratégico da organização, atrelado à ética e à transparência, buscando garantir a competitividade e a sustentabilidade nos negócios.

A RSE evidencia-se como um tema em ascensão e passível a muitas lacunas, tanto do ponto de vista de seu conceito quanto principalmente de sua operacionalidade. Paralelo e apesar deste fator, observa-se que iniciativas e projetos de cunho social estão obtendo maior importância e representatividade na estratégia de negócios de empresas da atualidade.

Evidencia-se a importância de estudar e efetivar aplicabilidades para modelos conceituais de RSE, dada a necessidade que as empresas têm de estruturar e fomentar ações sociais, e dada a necessidade de estudos desta natureza na literatura relacionada.

Dentro da evolução do conceito, destaca-se que a base de todas as discussões foi o tratamento e verificação do nível de interferência e importância dos *stakeholders*, os quais são elementos chave e integrantes do conceito de RSE.

Atualmente, as empresas precisam compreender o conceito e mensurar sua prática como forma de melhor utilizá-lo estrategicamente na busca por maior adequação às

necessidades do mercado. O entendimento e análise do tema é de crucial importância no contexto atual, visto que as organizações estão buscando continuamente desenvolver ações sociais mais relacionadas à construção das estratégias empresariais.

9. REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, R.** How companies respond to social demands. *Havard Business Review*, v. 51, n. 4, 1973.
- ASHLEY, P. A.; COUTINHO, R. B. G.; TOMEL, P. A.** Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa. In: Encontro da ANPAD, 24. Anais... Florianópolis: ANPAD, 2000. p. 7-22.
- BORGER, F. G.** Considerações teóricas sobre gestão da responsabilidade social empresarial. 2001. 254 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CARROLL, A. B.** A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review*, v. 4, p. 497-505, 1979.
- _____. Corporate Social Responsibility: evolution of a definitional construct. *Business Society*, v. 38, n. 3, 1999.
- COCHRAN, P.; WOOD R.** Corporate Social Responsibility and Financial Performance, *Academy of Management Journal*, p. 42-56, 1984.
- DRUCKER, P.** Introdução à Administração. Tradução Carlos Afonso Malferraro. São Paulo: Pioneira, 1984.
- EILBERT, H., PARKET, I. R.** The current status of corporate social responsibility. *Business Horizons*, v. 16, p. 5-14, 1973.
- DAVIS, K; BLOMSTROM, R.** *Business and Society*. 3 ed. New York: Mc Graw-Hill, 1975.
- HOFF, D. N.** A construção do desenvolvimento sustentável através das relações entre as organizações e seus stakeholders: a proposição de uma estrutura analítica. Tese (Doutorado em agronegócios) Programa de Pós-graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- HOPKINS, M.** Defining indicators to assess socially responsible enterprise. *Future*, UK, v. 29, n. 7, p. 581-603, 1997.
- FREIRE, R.; SOUZA, M. J. B.; ROSSETO, C. R.** Integração da responsabilidade social corporativa à vantagem competitiva: análise da produção acadêmica. In: XV Simpósio de Engenharia de Produção, Bauru – SP, 2008.
- FRIEDMAN, M.** The social responsibility of business is to increase its profits. *New York: Times Magazine*, 1970.
- FRIEDMAN, M.** *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- FREDERICK, W. C.** The growing concern over business responsibility. *Califórnia Management Review*, v. 2, p. 54-61, 1960.
- LOURENÇO, A. G; SCHRODER, D. S.** Vale investir em responsabilidade social empresarial? Stakeholders, ganhos e perdas. In: Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. v. 2. p. 77-119, 2003.
- MACÊDO, N. M. M. N.** Diagnóstico das Percepções de Responsabilidade Social Empresarial a partir do Modelo Tridimensional de Performance Social: o caso de uma empresa do setor têxtil. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFPB, João Pessoa, 2010.
- MAGALHÃES, I. M. M.** Responsabilidade Social das Empresas e a Ação Política dos Indivíduos e da Sociedade. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 24, n. 4, p. 220-225, 1984.
- MELO NETO, F. P.; FROES, C.** Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor. 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.
- MENDONÇA, R.; GONÇALVES, J.** Responsabilidade Social nas Empresas: uma questão de imagem ou de substância?. In: Encontro da Anpad, 26. Anais... Salvador: ANPAD, 2002.

- MOTA, P.** Avaliação de empresas públicas nos países em desenvolvimento: a perspectiva social. Revista de Administração de Empresa (RAE). Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 253-264, 1984.
- MCGUIRE, J.** Business and society. New York: McGraw-Hill, 1963.
- PRESTON, L.; POST, J.** Private management and public policy: the principle of public responsibility. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1975.
- SETHI, S. P.** Dimensions of corporate social performance: an analytical framework. California Management Review, p. 58-64, 1975.
- SIEGEL, D.; MCWILLIAMS, A.** Corporate social responsibility: A theory of the firm perspective. Academy of Management Review, Mississippi State, 2001.
- STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E.** Administração. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 1995.
- SWANSON, D. L.** Addressing a theoretical problem by reorienting the corporate social performance model. Academy of Management Review. v. 20, n. 1, p. 43- 64, 1995.
- SWANSON, D. L.** Toward an integrative theory of business and society: a research strategy for corporate social performance. The Academy of Management Review; Mississippi State, Volume 24, Issue 3, p. 506-521, Jul. 1999.
- TENÓRIO, F. G.** Responsabilidade Social Empresarial: Teoria e Prática. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- TOMEI, P.** Responsabilidade Social de Empresas: análise qualitativa da opinião do empresariado nacional. Revista de Administração de Empresas. FGV, V. 24, n.4, p. 189-202, 1984.
- WARTICK, S.; COCHRAN, P.** The evolution of corporate social performance model. Academy of Management Review, v. 10, n. 4, p-758-769, 1985.
- WOOD, D.** Corporate social performance revisited. Academy of Management Review, vol. 16, n. 4, p. 691-718, 1991.
- ZENISEK, T. J.** Corporate social responsibility: a conceptualization based on organizational literature. Academy of Management Review, v. 4, n. 3, p. 359-368, 1979.